

**AINDA SE BUSCA “POR UMA GRAMÁTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS”?**  
**A FIGURA DE UMA PRECURSORA**  
*ARE WE STILL IN PURSUIT OF “A GRAMMAR OF SIGN LANGUAGES”?*  
*AN EMERGING FORERUNNER*

*Angela Corrêa Ferreira Baalbaki<sup>1</sup>*

*Beatriz Fernandes Caldas<sup>2</sup>*

*Tathiana Targine Nogueira<sup>3</sup>*

**RESUMO**

O artigo tem por objetivo analisar as referências que Ferreira (2010[1995]) buscou para escrever “Por uma gramática de línguas de sinais” e, a partir das noções da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso materialista, apresentá-la como figura precursora da linguística de língua de sinais no Brasil. Tendo seguido uma trajetória acadêmica contextualizada em parte nos estudos feitos em universidade norte-americana, filiada a teorias vinculadas à virada pragmática dos estudos linguísticos, Ferreira se preocupou com a construção de um arcabouço descritivo das línguas de sinais em geral e da Libras em particular. Além disso, a obra traduz a importância política da afirmação das línguas de sinais (Libras e outras) como línguas em pleno direito no Brasil, e sua divulgação teve um papel seminal na disseminação dessa ideia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Ideias Linguísticas; Análise de Discurso; Gramática; Línguas de sinais

**ABSTRACT**

The article aims to analyze the references that Ferreira (2010[1995]) sought to write “*Por uma gramática de línguas de sinais*” and, based on the notions of the History of Linguistic Ideas in conjunction with the Materialist Discourse Analysis, introduce her as a forerunner of Sign Language Linguistics in Brazil. Ferreira’s academic guideline was partially contextualized in studies she followed in an American university, affiliated to theories related to the pragmatic turn in linguistic studies. The author was concerned with the construction of a descriptive framework of sign languages in general and Libras in particular. In addition, this work translates the political relevance of the acceptance of sign languages (Libras and others) in their own right in Brazil, and its diffusion played a seminal role to disseminate that idea.

**KEYWORDS:** History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis; Grammar; Sign Languages

---

1 Professora Adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem da UERJ. Pesquisadora-bolsista do Programa Prociência (UERJ). Docente permanente do PPG-Letras. Contato: angelabaalbaki@hotmail.com.

2 Professora Adjunta de Língua Inglesa no curso de Turismo da UERJ. Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, Estudos de Tradução e língua de sinais. Contato: bcaldas120@gmail.com.

3 Bolsista PROATEC-UERJ do projeto “Estudos sobre bilinguismo: elaboração de materiais para o ensino de línguas para alunos surdos”. Mestranda em Educação Bilingue no INES. Contato: targine@gmail.com.

## Introdução

Neste artigo, propomos um modo de olhar que parte de processos e percursos da institucionalização do saber linguístico da(s) língua(s) sinais no Brasil – que se dá na e pela história. Para tal, construímos um paralelo: Lagazzi-Rodrigues (2007) mostra como Mattoso Camara Jr. vai insistir sobre o caráter objetivo e científico do seu próprio trabalho, enquadrando a reflexão sobre a língua e a linguagem a partir de princípios estruturalistas, de forma que seu livro “*Princípios de linguística geral*” será considerado por outros autores brasileiros como o responsável pelo nascimento da linguística no Brasil e mesmo no âmbito dos países lusófonos. De certa forma, compreendemos que o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Lucinda Ferreira, na esteira do reconhecimento de língua de sinais como uma língua de fato e de direito, direcionou parte de seus estudos acadêmicos para uma comparação sistemática dos fundamentos da linguística das línguas orais com esses mesmos fundamentos nas línguas de sinais.

Considerando, sobretudo, que a fonologia se constituiu por excelência a base de uma apreciação das teorias estruturalistas da linguística geral, o grande desafio para o reconhecimento das línguas de sinais seria procurar e sistematizar esses mesmos fundamentos. Nesse sentido, parte da obra de Lucinda Ferreira foi pioneira no Brasil, difundindo os fundamentos de linguística teórica para as línguas de sinais. A elaboração de uma gramática da língua de sinais de centros urbanos brasileiros (LSCB), denominação utilizada pela autora à época, é também fruto dessa aposta acadêmica no seu reconhecimento como língua o que, em parte, consubstanciou, após algumas décadas, o ensino da língua de sinais tornar-se uma disciplina obrigatória em âmbito da educação superior, principalmente, nos cursos de licenciatura.

No presente artigo, com base na História das Ideias Linguísticas (HIL) em confluência com a Análise de Discurso materialista (AD), nosso objetivo central é apresentar as referências e demais influências que Ferreira buscou para escrever “*Por uma gramática de línguas de sinais*”, obra publicada, em 1995<sup>4</sup>, pela editora Tempo Brasileiro, composta por 13 capítulos, organizados em três partes<sup>5</sup>. Buscamos delinear, portanto, as reflexões que incentivam a autora a pesquisar sobre uma língua usada pelos surdos, numa época que a Libras ainda não estava legalizada e nem mesmo legitimada como língua nos espaços acadêmicos e escolares.

Consideramos que resgatar a importância do trabalho seminal de Lucinda Ferreira é uma maneira

---

4 À época, a pesquisadora assinava pelo nome Lucinda Ferreira Brito. Após a segunda metade da década de 1990, passou a assinar Lucinda Ferreira.

5 A primeira parte, “Aspectos descritivos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)”, é composta por nove capítulos; a segunda, “Metodologia de pesquisa das línguas de sinais”, por 3 capítulos; e a última, “Pesquisa comparativa de línguas de sinais”, somente por 1 capítulo.

de valorizar os precursores da linguística da(s) língua(s) de sinais, que lutaram por seu reconhecimento legal, por sua institucionalização e por sua disciplinarização. Certamente, um trabalho de potência e resistência que influenciou uma geração que hoje se dedica aos estudos da Libras e demais línguas de sinais<sup>6</sup> do Brasil.

## 1. No caminho da História das Ideias Linguísticas

A História das Ideias Linguísticas (HIL) começou a se sistematizar e institucionalizar na França a partir dos trabalhos de Auroux, na década de 1970 (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 9). A “novidade” da HIL, considerada como um campo de conhecimento, reside em sua constituição interdisciplinar, que visa observar os saberes sobre a língua e a linguagem a partir da perspectiva própria ao historiador. Por isso, denomina-se História das Ideias Linguísticas, e não das teorias ou ciências linguísticas. O termo ‘ideia’ é mais geral e abarca as teorias e ciências, mas não se restringe a elas. Podemos, assim como Silva Sobrinho (2013), dizer que se trata de “uma forma específica de pensar a história da produção de conhecimento sobre a língua” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 311).

Cabe frisar que para Auroux (1992) o ato do saber é dotado de uma espessura temporal: um horizonte de retrospectão e de projeção. Nas palavras do autor:

Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 11-12).

O ato de saber seria produzido em um constante batimento de projeção e retrospectão de seus horizontes. De acordo com Auroux (2008), a produção de conhecimento estaria posta em relação à temporalidade, pois “[a] existência dos horizontes de retrospectão atesta que o conhecimento tem necessariamente relação com o tempo: não há conhecimento instantâneo [...]. Isso significa que é necessário tempo para saber” (AUROUX, 2008, p. 141) e completaríamos, tanto pela memória quanto pela projeção. O autor ainda destaca que há variadas formas de se estruturar um horizonte de retrospectão; dito de outra forma, a “co-presença dos conhecimentos é uma modalidade necessária do horizonte de retrospectão” (*idem*). A copresença possibilita que se totalizem os horizontes de retrospectão e que possam ser utilizados nas pesquisas acadêmicas - “é o que se chama, hoje, de as

---

6 Há pesquisas que lançam olhares a outras línguas de sinais brasileiras, como as línguas de sinais indígenas e as indígenas emergentes (COELHO, 2011; GIROLETTI, 2008; VILHALVA, 2009) e às línguas de sinais de comunidades rurais ou áreas isoladas. Como exemplo, citamos a pesquisa de Pereira (2013) que versa sobre a língua de sinais denominada Cena pela comunidade rural de Várzea Queimada, no interior do Piauí.

‘referências’ e que figuram no fim de um artigo sob forma bibliográfica” (AUROUX, 2008, p. 142).

Em nosso artigo, buscamos observar essa copresença de textos e livros citados na obra de Ferreira (2010[1995]) de forma a delinear um horizonte de retrospectiva possível, em um cenário de tensão e polêmica marcado pelo movimento de forte oralização do surdo brasileiro (apesar de fracasso demonstrado), do uso da abordagem da Comunicação Total na educação de surdos e de apagamento da língua de sinais.

Além dessa assunção aos horizontes de retrospectiva e projeção, também destacamos o conceito de gramatização (AUROUX, 1992), definido como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). A partir dessa definição, assumimos a obra de Lucinda Ferreira (2010[1995]) como um instrumento linguístico. Nessa esteira, um instrumento linguístico como a gramática “não é uma simples descrição da linguagem natural [...] uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (AUROUX, 1992, p. 70). Podemos aqui considerar o título da obra de Ferreira “Por uma gramática de língua de sinais” uma maneira de nomear um instrumento linguístico que, parafraseando Auroux (1992), não deixou intacta as práticas linguísticas da(s) língua(s) de sinais no Brasil.

Cabe destacar, contudo, que por meio da confluência com a AD materialista há deslocamentos operados em relação a algumas noções advindas da HIL. Silva Sobrinho (2013) argumenta que o conceito de instrumento linguístico em Auroux está intimamente ligado ao conceito de gramatização. Dessa forma, um instrumento linguístico “é pensado na perspectiva de suas funções instrumentais nas práticas linguísticas” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 310). Antes definidos por Auroux (1992) como objetos técnicos com função de ampliar a competência do falante, os instrumentos linguísticos passam a ser compreendidos como objetos simbólicos – “considerados em seu funcionamento que também é histórico e ideológico” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 312). E o autor complementa:

Tomados nas relações de sentidos que configuram esse deslocamento fundamental na Análise de Discurso, os instrumentos linguísticos se definem por seus vínculos com a ideologia no modo como determinam historicamente as relações entre língua, sujeito e sociedade. Definem-se, como objetos históricos, por seu funcionamento na formação social. As formas que assumem os instrumentos linguísticos estão relacionadas ao modo como a sociedade se constitui historicamente [...] (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 313).

Orlandi (2001) acresce que ver a gramática e o dicionário como parte da relação com a sociedade e a história “transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos

se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). Dialogando com essas ideias, Nunes (2006) explica que a HIL enxerga as gramáticas, dicionários, manuais, normas (e tantos outros) como instrumentos linguísticos, mas que do ponto da AD materialista, são considerados também objetos discursivos. Com efeito, o conceito de gramatização é ressignificado, passando a se referir às diversas instâncias de instrumentalização de uma língua. Igualmente é ressignificado pela relação em que o processo de gramatização passa a ser pensado com os aparelhos institucionais responsáveis pela sua produção ou circulação (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008).

Assentadas essas considerações, podemos dizer que a gramática, posta como um instrumento linguístico e objeto discursivo, busca conter um saber metalinguístico; conter a língua fluida (ORLANDI; SOUZA, 1988) e que – no funcionamento do imaginário – procura descrever as línguas (orais e de sinais) em seus aspectos formais. É produzida em determinadas condições sócio-históricas em relação de institucionalização. No caso da obra de Ferreira (2010[1995]), tanto há determinações históricas para sua produção, quanto sua relação com aparelhos institucionais, principalmente do espaço acadêmico, que promoveu (e promove) a sua circulação, mesmo após 25 anos de sua primeira publicação, em cursos de graduação de letras, programas de pós-graduação, revistas científicas etc.

É inegável o aspecto político que permeia a elaboração da autora na sua concepção de uma gramática sobre língua de sinais. O universo de educação de surdos no Brasil, de maneira geral, à época, estava imbuído da eficácia do ensino por meio da oralização em alguns educandários para surdos, e em outros, adotava-se a abordagem de Comunicação Total. Nesse sentido, esta obra constitui-se também um instrumento político, principalmente na época em que foi lançada. Na introdução do livro de Ferreira (2010[1995]), há trechos em que a autora se põe desfavorável às propostas educacionais de surdos vigentes então e, ademais, levanta a bandeira em prol do bilinguismo para surdos.

A estrutura conceitual subjacente a cada uma das línguas (oral e de sinais) é própria de distintas visões de mundo e constitui-se em distintos veículos do pensamento. Isto torna dificultoso o ato de pensar e concatenar ideias através de dois sistemas diferentes ao mesmo tempo. Esses estudos salientam, pois, a inviabilidade da comunicação bimodal, muito usada atualmente por aqueles que se dizem defensores da Comunicação Total.

[...] Como a língua oral é, no momento, imprescindível também aos surdos, por razões de acompanhamento da informação escrita e de trânsito nos diferentes compartimentos da sociedade, o bilinguismo fica sendo a mais adequada abordagem educacional para os surdos. Ressaltamos, entretanto, que se trata de um bilinguismo no seu sentido estrito e não de misturas bimodais de duas línguas (FERREIRA, 2010[1995], p. 16).

Com a defesa do bilinguismo, surge a questão da comunidade em que a língua de sinais é praticada e a especificidade dos aspectos sociolinguísticos imbricados. A partir de um ponto de vista da Análise de Discurso, tomando as argumentações de Pêcheux sobre logicismo e sociologismo, conforme abordado por Santos (2015), podemos aventar a hipótese de que ao lado da questão

política explícita em defesa do bilinguismo e do arcabouço voltado para um formalismo linguístico que procura enquadrar a gramática das línguas de sinais dentro do logicismo, a obra de Ferreira (2010[1995]), contudo, toma como pressupostos algumas premissas sociolinguísticas peculiares das línguas de sinais. Entre essas premissas, as línguas de sinais figurariam como línguas minoritárias, praticadas por comunidades linguísticas (como em associações de surdos) inseridas em universos de línguas orais. Quanto mais organizadas e atuantes essas associações de surdos, mais as línguas de sinais teriam condições de vicejar e se desenvolver como línguas legítimas das comunidades surdas. Associações, clubes e organizações seriam assim espaços de circulação e de encontro da língua de sinais, incluindo-se nelas as escolas, onde além do uso dessa língua, haveria a oportunidade de sistematização do conhecimento metalinguístico da língua de sinais e o estudo de modalidade escrita da língua oral que circunda os surdos. Afinal, como diz Ladd (2003, p. 218 *apud* GESSER, 2008, p. 234), é o “único grupo linguístico a ter uma comunidade em cada país do mundo”. E completamos, uma comunidade de minoria linguística que produz seus espaços de encontro em que se possibilite que surdos não só “falem” a língua, mas sejam “falados” por ela.

Outra premissa está relacionada ao conceito de língua aliada à literatura. Em que pese a manifestação de expressões de literatura oral nas culturas ágrafas e na própria história da literatura ocidental, o conceito de literatura está profundamente associado à letra escrita, e conseqüentemente, à gramática da língua em que se expressa. Essa relação entre língua e literatura passa pela ideia de emergência das nações, de línguas nacionais (e de dialetos na classificação de importância política), da organização dos países como tais dentro da história contemporânea. Auroux (1992) associa o surgimento das nações às criações das gramáticas. Segundo ele, do século VII ao século XVII são criadas muitas das gramáticas das línguas europeias (dos vulgares latinos e não latinos), acompanhando o surgimento das nações nesse continente. Faz sentido ressaltar o papel unificador que a gramática pode desempenhar, conferindo autoridade a uma língua, que pode aí se transformar em instrumento de organização de uma nação. Esse processo, tal como descrito por Auroux (1992) não é vivenciado historicamente por nenhuma língua de sinais. No entanto, outros caminhos vêm levando a historicização das gramáticas de línguas de sinais e das literaturas surdas<sup>7</sup>. A expressão artística entre os surdos pode ser registrada em recursos tecnológicos visuais, permitindo-lhes a composição de obras literárias nos modos assim denominados prosa e poesia. Essa concepção de literatura e expressão artística sem dúvida se configura como conquista política da comunidade surda. Nessa esteira, a criação de uma gramática dessa língua no Brasil, à qual se dedicou Lucinda Ferreira, acompanha a consolidação das bases políticas que sustentam as conquistas linguísticas dos surdos nos dias atuais.

---

7 Não nos detemos na questão da literatura surda neste artigo. Sobre o tema, sugerimos a leitura do livro. “*Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*” (KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN, 2011).

## 2. No caminho da emergência disciplinar: a figura do fundador

Ao teorizar sobre a emergência disciplinar, Chiss e Puech (1995) destacam a questão da filiação empírica, a demarcação disciplinar e a (re)fundação conceitual - figura de um fundador (CHISS; PUECH, 1995). A última modalidade está centrada na fundação conceitual ou na figura de um precursor – um fundador que legitima uma (re)fundação por reapropriação ou reação. Pensamos de que forma esses aspectos marcariam a emergência disciplinar dos estudos sobre língua(s) de sinais no Brasil, em uma universidade pública federal, promovido por uma linguista. Quais teriam sido as filiações teóricas, por exemplo? Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Sobre a (re)fundação conceitual, apontamos alguns autores que retomam a referência a Lucinda Ferreira como a figura de uma precursora. Santos e Monteiro (2019) destacam, ao fazer um levantamento histórico das atividades e ações sobre língua de sinais e educação de surdos no Brasil, um período pioneiro que se estendeu do final da década de 1970 às décadas iniciais de 2000, em que Lucinda Ferreira teve papel precursor.

Os princípios que nortearam quase a totalidade de pesquisadores na área foram solidamente implantados pela professora Doutora Lucinda Ferreira da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), servindo de pedra fundamental para a consolidação dos direitos linguísticos em prol de uma educação bilíngue e do desenvolvimento das teorias linguísticas sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). (SANTOS; MONTEIRO, 2019, p. 105).

Ramos e Muniz (2018) conferem o mesmo lugar que, para as autoras, seria discursivizado como pioneirismo<sup>8</sup> direcionado à pesquisadora Lucinda Ferreira. Vejamos:

[...] mesmo antes das proposições previstas nos textos legais dos anos 2000, destaca-se, a partir da década de oitenta do século vinte, o pioneirismo da pesquisadora Lucinda Ferreira Brito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brito empreendeu suas pesquisas inovadoras sobre Libras, a partir de referenciais de estudos pertinentes à área de Letras, em consonância às proposições dos estudos linguísticos de William Stokoe, que, na década de sessenta do século passado, comprovou a condição de língua natural das línguas de sinais, de modo a anular veementemente sua percepção como mímica (RAMOS; MUNIZ, 2018, p. 1).

Do ponto de vista teórico que adotamos, consideramos que Lucinda Ferreira seria, nos termos de Chiss e Puech (1995), a figura de uma precursora. Desta feita, a pesquisadora teria entrado na cena da linguística (da língua de sinais) brasileira e passa a construir um “nome de autor” (FOUCAULT, 1992) de forma a influir, no por vir, um horizonte de projeção na área<sup>9</sup>. Devemos sublinhar que,

8 Para Souza, Lucinda Ferreira foi “uma referência como uma das principais responsáveis pela organização do campo de estudos linguísticos da Libras no Brasil” (SOUZA, 2019, p. 156).

9 Como sugere Santos (2015, p. 91), “as teorias não somente co-ocorrem, mas concorrem na busca pelo lugar de legitimidade e cientificidade”. Assim, assumimos que a proposta de Lucinda Ferreira coocorria e concorria com outras propostas que pensavam as línguas de sinais como, por exemplo, “linguagem gestual” (GOTTI, 1992) ainda na década da publicação do livro em análise.

ao considerarmos a figura de uma precursora, não estamos postulando o lugar de fundador de um campo construído por um sujeito empírico, que descobre e cria individualmente, mas um efeito de ponto de referência nos horizontes de retrospecto e projeção. No constante ir e vir dessa espessura temporal, a memória trabalha fazendo ressoar já-ditos produzidos anteriormente em outro lugar (por vezes esquecidos, por vezes lembrados), e um porvir que promove movimentos, transferências sobre a língua no seu contínuo processo de gramatização (com falhas, equívocos e contradições). A figura do precursor pode ser compreendida, portanto, como um ponto de referência na espessura temporal; um ponto sempre móvel, provisório, constituído por tensões, pelo batimento entre manutenção e anulação daqueles sujeitos que são, historicamente, legitimados a preenchê-lo.

Pensar a figura do precursor também é tomá-la na sua função de autoria. Orlandi (2013) tematiza a questão da autoria do brasileiro em relação à produção de conhecimento metalinguístico sobre a língua portuguesa. Nesse direcionamento teórico, a posição de autoria é definida como “um lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação dessa língua” (ORLANDI, 2013, p. 28). Colocar-se na posição-autor de gramática, portanto, é identificar-se com a posição sujeito de quem se apropria de determinado saber metalinguístico, que produz conhecimento sobre uma língua, que pode descrevê-la, segmentá-la (nos vários níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático), compará-la a outras, enfim, fixá-la (imaginariamente). Consideramos que Ferreira pode-se vincular, parafraseando Orlandi (2013), a um lugar de produção legítima de conhecimento sobre língua de sinais no território brasileiro – tanto em relação à língua sinalizada por surdos em centros urbanos quanto por indígenas. De acordo com Fossile e Venancio (2013), Ferreira teria sido uma das pesquisadoras que desenvolveu estudos linguísticos sobre a língua de sinais usada por indígenas Kaapor. Assim,

Somente a partir da década de 1980 estudos linguísticos relacionados à Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LSKB) foram aprofundados (sobre a LSKB cf. KAKUMASU, J.; KAKUMASU, K<sup>10</sup>, 1977). Dentre os(as) estudiosos(as) que desenvolveram pesquisas sobre essa questão, destaca-se Lucinda Ferreira Brito (1995, 1993). A pesquisadora conviveu um mês com esse grupo indígena Urubu-Kaapor, registrou os dados coletados e observados, documentando a sua experiência em filme. Segundo Brito (1993), a ideia da pesquisa surgiu quando ela leu o artigo Urubu Sign Language de J. Kakumasu (1968). Nesse texto, J. Kakumasu defendeu que “[...] a Língua de Sinais dos Urubu-Kaapor [...] [se constituía como] um veículo de comunicação intratribal e não como meio de transação comercial” (apud RAMOS, [s.d.], p. 5). Brito (1993) averiguou que a Língua de Sinais dos Urubu-Kaapor era uma legítima língua de sinais dos surdos, a qual foi criada pelos próprios índios Urubu-Kaapor. (FOSSILE; VENÂNCIO, 2013, p. 117).

O filme “A Língua de Sinais Urubu-Kaapor - Comunidade Indígena da Floresta Amazônica”<sup>11</sup>, ao qual Fossile e Venâncio (2013) se referem, foi produzido em 1982. Essa língua de sinais teria

10 Foram pesquisadores do Summer Institute of Linguistics (SIL).

11 O título foi retirado do currículo da pesquisadora inserido na plataforma Lattes.

surgido entre os índios em função de uma doença (bouba neonatal) que eclodiu entre eles em algum momento do século passado<sup>12</sup>. Ferreira iniciou sua pesquisa através de um padrão internacional de abreviação das Línguas de Sinais adotando a sigla LSKB.

Voltando à questão da autoria (ORLANDI, 2013), tentamos delinear, ao menos em parte, o percurso da pesquisadora. Vale ressaltar que, “[n]ão se trata de identificar o autor empírico e de construir sua biografia, mas de observar e descrever o funcionamento discursivo da autoria em circunstâncias definidas” (NUNES, 2008, p. 110), em determinadas condições sócio-históricas. Com destaque a certos movimentos de filiação teórica, verificamos que Ferreira concentrou suas pesquisas de mestrado e doutorado sobre a adjetivação na Língua Portuguesa. Já os estágios de pós-doutorado, feitos em instituições holandesa e estadunidense, se fundamentaram em estudos semânticos e pragmáticos. Conforme consta no seu currículo da plataforma Lattes, encontramos as seguintes descrições de fatos:

no estágio de pós doutorado em Berkeley, trabalhou, na Faculdade de Filosofia, com teoria dos atos de fala, junto a J. Searle e, no Departamento de Linguística, no segundo ano, com semântica e pragmática, bem como aquisição, junto aos professores C. Fillmore, G. Lakoff, S. Ervin-Tripp, Gumperz, P. Kay, Slobin e outros. No estágio de pós doutorado em Nijmegen, seu trabalho junto a S. Levinson e G. Senft, centralizou-se mais na área de Pragmática e em questões de espaço e cognição (FERREIRA, s.d.)<sup>13</sup>.

Além dos dados sobre formação, na mesma descrição, encontramos área de interesse da pesquisadora.

trabalha desde 1977 nas áreas Semântica e Pragmática da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, focalizando, principalmente, os seguintes temas: significado, cognição, espaço, dêixis, pressuposição, atos de fala e categorização gramatical do contexto. Desde 1979, vem trabalhando com as línguas de sinais do Brasil, a LIBRAS e a LSKB (língua de sinais dos índios Urubus-Kaapor da Floresta Amazônica) (FERREIRA, s.d.)<sup>14</sup>.

Sublinhamos que o gesto fundacional (ZOPPI-FONTANA, 1997) engendrado por Ferreira, com forte representação de institucionalização, somado ao seu gesto autoral, com filiações teóricas variadas (com destaque para a semântica e para a pragmática), acabaram por promover o ingresso das línguas de sinais na linguística brasileira – certamente, uma forma de afetar a produção de saber da própria linguística. Na perspectiva teórica que assumimos, ao relacionar a HIL e a AD, compreendemos que

12 Fonte: <https://desculpenaouvi.com.br/kaapor-a-outra-lingua-de-sinais-brasileira/>

13 O trecho foi retirado do currículo da pesquisadora Lucinda Ferreira inserido na plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

14 O trecho foi retirado do currículo da pesquisadora Lucinda Ferreira inserido na plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

há certas filiações teóricas na relação com o saber. Tal encontro teórico nos enseja observar os modos como essa filiação foi construída na obra em análise “*Por uma gramática de línguas de sinais*”.

### 3. Copresença de conhecimentos: as referências da obra “Por uma gramática de língua de sinais”

Começamos a seção com algumas perguntas: por que nomear a obra “gramática”? Quais questionamentos motivaram a autora a organizar uma gramática antes mesmo do reconhecimento legal da Libras por meio da lei 10.436/2002<sup>15</sup>? Quais foram os estudos que deram base para sua reflexão teórica de organização de saber metalinguístico de uma língua de modalidade espaço-visual? Haveria algum conjunto de nomes de autor que representassem a reflexão linguística sobre língua de sinais no Brasil? Quais saberes sobre línguas orais e línguas de sinais estavam em jogo? Sopesamos que algumas dessas perguntas suscitadas pela obra de Ferreira ficarão à deriva, dada a limitação de um artigo. Contudo, elas podem servir de bússola para a compreensão do modo pelo qual os saberes sobre língua de sinais se constituíram.

A análise do título da obra em foco mostra-se relevante para a compreensão da copresença de conhecimentos e das filiações teóricas variadas que a compõem. De uma perspectiva discursiva, o título remete a algo já-dado, assim como constrói discursivamente uma região de significação; funciona, portanto, como um recorte de regiões de sentidos. Expliquemos melhor: a formulação de outro recorte do título está marcada pelos termos “por” e “gramática” que funcionam como um mecanismo de colocação em cena da injunção ao processo de gramatização de línguas de sinais. O termo “por” em “Por uma gramática de línguas de sinais” pode ser interpretado como tendo o sentido de “em favor de”, “em defesa de”. Essa possível interpretação se coaduna com duas circunstâncias: a primeira delas remete à ênfase dos estudos de pragmática e apogeu de toda uma corrente de semântica em ascensão no universo acadêmico dessa década em que se situa Ferreira em seus estudos de pós-graduação; a segunda circunstância remete à premência de afirmação e reconhecimento da língua de sinais como língua. Tal premência ainda era relativamente recente no ambiente acadêmico no Brasil na época em que a obra foi escrita. Não se trataria de uma gramática prescritiva da língua (como aquelas do processo de gramatização massiva salientado por Aurox), mas uma gramática descritiva e comparativa de alguns aspectos da estrutura das línguas de sinais (como a apresentação dos parâmetros primários e secundários da Libras, entre vários outros temas). Tudo parece indicar que “Por uma gramática” é o lugar de descrição e comparação de línguas de sinais que busca evidenciar

---

15 Uma análise sobre essa lei pode ser encontrada em Baalbaki e Rodrigues (2011).

os traços formais dessas línguas por meio de diferentes filiações teóricas, seja por aproximações seja por afastamentos.

Como já comentamos na introdução deste artigo, se “um percurso de trabalho de Mattoso Câmara sobre a língua que fez história como linguística” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13), poderíamos arrolar o mesmo sobre o trabalho de Lucinda Ferreira. Autoriza-nos a essa conclusão o argumento de Lagazzi-Rodrigues, segundo o qual “no Brasil, a cientificidade se configurou, na relação com o saber linguístico, pela descrição e análise estrutural da língua portuguesa, sendo que foi esse trabalho que constitui a posição do linguista, posição-autor-linguista” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13). Assumimos, ao longo do artigo, que Ferreira em posição-autor-linguista pode ser considerada como a figura do precursor. Assim, como Orlandi (2013) observa a questão da autoria, consideramos a posição-autor-linguista (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007) na produção da gramática de Ferreira (2020[1995]).

Segundo Auroux (1992), uma gramática corresponde à sistematização de um conhecimento metalinguístico de uma língua. Este processo parte do fenômeno epilinguístico e vai surgindo aos poucos, com a emergência de tratados e compêndios sobre determinados tópicos de uma língua. Em dado momento surge a figura do autor, pleno de autoridade reconhecida, capaz de sustentar a legitimidade dessa sistematização a ponto de ser tomado como referência. Nesse sentido, percebemos, na obra de Ferreira, não só a sistematização dos aspectos gramaticais e pragmáticos das línguas de sinais, mas também a autoridade acadêmica que emana da obra em virtude de seu trabalho político para conferir à língua de sinais um lugar de direito na coleção das gramáticas e saberes linguísticos. Muito do que vem sendo produzido no mundo acadêmico das publicações sobre Libras desde o lançamento dessa obra de Ferreira deriva direta ou indiretamente dos seus preceitos. Também se pode atribuir a essa obra um dos principais baluartes no esforço de institucionalização do conhecimento de língua de sinais no Brasil.

Ao lançar um olhar sobre a História das Ideias Linguísticas sobre línguas de sinais é inevitável ressaltar que um acontecimento se marca com o seu reconhecimento<sup>16</sup> como língua. Dentro de um processo que poderíamos atribuir à fase epilinguística e primórdios de saberes metalinguísticos (AUROUX, 1992) da língua de sinais, em oposição às regiões de sentido que a consideravam um modo inferior de comunicação, uso de gestos que refletiriam inteligência inferior a dos falantes, o reconhecimento de que é de fato uma língua, com todas as especificidades atribuídas às línguas orais,

---

16 Como já apontado anteriormente, no Brasil, o reconhecimento legal, entretanto, só adveio com legislação promulgada em 2002 (Lei nº 10.436/2002).

é um acontecimento que funda a natureza política das línguas de sinais e a diferencia de todas e de qualquer uma dessas últimas.

De forma a compreendermos a historicização de saberes que estavam em jogo na produção da obra de Ferreira, optamos por analisar as 131 referências bibliográficas citadas, na maioria, escritas em língua inglesa. De certa forma, podemos conjecturar que seriam orientadas pelos estudos realizados no exterior ou mesmo pela influência dos estudos da linguística da língua de sinais americana. Tais referências consultadas e citadas podem ser uma forma de recuperar estudos outros sobre a área ou mesmo indicar certa filiação teórica. Para Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13), “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas, em determinadas condições de produção”. Filiar-se a autores/linguistas americanos, sobretudo, poderia indicar a condição da produção científica e de sua legitimação em relação às pesquisas das línguas de sinais no Brasil. Afinal, “no campo científico é preciso fazer essa filiação trabalhar em termos de uma prática científica. É esse trabalho que legitima um saber linguístico, sustentando sua representação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13).

Quais seriam as nomeações de quem produz saber metalinguístico sobre línguas de sinais? Os nomes de autores seriam, portanto, legitimados pelo gesto de citação (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007) de Ferreira em sua obra inaugural. Observamos que as citações têm relação com o percurso acadêmico de Ferreira, ou seja, com o estado de arte em que se encontravam os conhecimentos linguísticos da década em que a autora completou seus estudos de pós-doutorado. Se por um lado, nos Estados Unidos, durante longo período do século passado, tenha se seguido uma linha de pensamento mais voltado para o racionalismo, que é o pano de fundo das teorias chomskianas, por outro, a linguística desenvolvida nas últimas décadas recebeu grandes contribuições da linha de pensamento voltado para a pragmática. Nesse sentido, na Universidade de Berkeley, as produções renovaram a perspectiva cognitivista por meio de um viés mais pragmático e mais voltado para os usos da língua. Nessas fontes, Ferreira concentra seu olhar para a construção de sua obra, como se pode constatar em parte de suas citações, com nomes notáveis tais como Fillmore, Lakoff e Stokoe. São esses e outros nomes que sustentam a prática científica representada no livro de Ferreira (2010[1995]).

Se concebermos as várias referências citadas, podemos delinear um horizonte de retrospecto. Neste, há a presença de poucas obras de autores do século XIX, sendo as demais produzidas por autores do século XX<sup>17</sup>. Dentre os autores novecentistas, podemos organizá-los em cinco grupos,

---

<sup>17</sup> Para melhor compreensão do horizonte de retrospecto e da rede citacional de Ferreira (2010[1995]), as referências bibliográficas do livro foram agrupadas em uma tabela (ver anexo).

a saber: 1) as obras de Stokoe; 2) as obras que descrevem e analisam línguas orais; 3) as obras que descrevem e analisam línguas de sinais; 4) as obras de Lucinda Ferreira; 5) os trabalhos sobre língua de sinais desenvolvidos por orientandas de pós-graduação e demais participantes de grupo de pesquisa GELES. Todas essas nomeações (tanto de nomes de saber quanto dos nomes de quem os produz) aqui agrupadas funcionam com uma forma de legitimar a produção da própria gramática de Ferreira (2020[1995]). Por certo,

A autoria se apresenta e se representa em nomeações: nome do saber e nome de que produz esse saber e o retifica, sendo ratificado como autor. A legitimação científico-institucional se faz pela afirmação da autoria, ou seja, pela representação e circulação dessas nomeações (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13).

Como já assinalamos, quatro foram os textos ou livros oitocentistas citados por Ferreira (2010[1995]). Podemos verificar, no trecho retirado do capítulo 12 (“Sistema Ferreira Brito-Langevin de transcrição de sinais”), os seguintes nomes de autor:

tentativas de descrição de sinais remontam ao começo do século XIX. Já em 1825, R. A. Bébian pesquisava os movimentos dos itens lexicais da Língua de Sinais Francesa (LSF). Realizaram-se estudos sobre línguas de sinais nativas também em fins do século XIX (G. Mallery 1880a, 1880b, 1882; J. Axtell 1891, e outros)<sup>18</sup>. (FERREIRA, 2010[1995], p. 211 – grifos nossos).

Embora pareça algo já estabilizado, posto como evidência, notamos, na literatura da área, certa polêmica sobre o lugar do precursor da linguística da língua de sinais; algumas vezes apontado pelo provável esquecimento de autores oitocentistas. Oviedo (2007) coloca em causa a “interpretación oficial de la historia de la lingüística de las lenguas de señas” e destaca que não se presta atenção “a lo hecho por estudiosos como Hervás y Panduro o Bébian, cuyo carácter precursor se ignora supinamente” (OVIEDO, 2007, p. 5). Oviedo (2009), baseado em autores como Renate Fischer (1995) e Christian Cuxac (2004), afirma que

Stokoe conocía el trabajo de Bébian, al cual se refirió en su libro de 1960 como un ‘ingenioso intento de diseñar un sistema de escritura para la lengua de señas natural (Stokoe 1993[1960], pp. 12-13), pero no parece considerar la *mimographie* como antecedente inmediato para el desarrollo de su sistema. (OVIEDO, 2009, p. 295-296).

No entanto, em Ferreira (2010[1995]), o funcionamento da citação de nomes de autores do século XIX parece funcionar como uma forma, ao mesmo tempo, de opor-se a eles e se aproximar do corte operado por Stokoe. Observemos o que a autora diz, no mesmo capítulo 12: “Para os linguistas,

18 Há algumas incongruências em relação à bibliografia da publicação de Ferreira (2010[1995]). A obra de G. Mallery (1882), citada no corpo do texto, não é incluída. Já o ano de publicação de J. Axtell, nas referências, é citado como sendo de 1978, enquanto no corpo do texto, de 1891 – o que nos faz crer que seja a data de sua primeira edição, enquanto a consultada se trata de reimpressão. Sobre isso, porém, não nos esclarece a autora.

o trabalho pioneiro é o dicionário de Stokoe (1965)” (FERREIRA, 2010 [1995], p. 211 – grifos nossos). O sintagma preposicional “para os linguistas” delimita a região de sentidos em que o trabalho de Stokoe estaria inserido e reafirmaria o corte por ele realizado, não considerando outros trabalhos anteriores como aqueles dos oitocentos, por exemplo. Assim, “para os linguistas”, parece funcionar como uma forma de fixar, em um horizonte de retrospectão, um (re)fundador – posto aqui como um ponto de referência movente<sup>19</sup>.

De forma a ressaltar as referências do século XX, podemos verificar que foram citadas três obras de Stokoe editadas entre as décadas de 1960 e 1970. Na própria gramática de Ferreira, como em vários autores citados neste artigo, Stokoe é mencionado (ou citado) não somente como uma referência, mas como uma figura de (re)fundação. Por isso, o separamos em um grupo diferenciado dos demais linguistas que descrevem línguas de sinais. A partir da linguística moderna (estruturalista, sobretudo), as pesquisas que basearam as descrições iniciais de uma língua de sinais ocorreram nos EUA. Ramos (2002) admite “como data inicial dos estudos científicos das Línguas de Sinais dos surdos, os trabalhos realizados a partir de 1957<sup>20</sup> por William C. Stokoe sobre a ASL American Sign language” (RAMOS, 2002, s. p.). Concomitantemente aos estudos científicos da linguística, soma-se a situação do processo em declínio da oralização de surdos, em outros termos, “el fracaso de su pretensión de substituir clinicamente um processo de adquisición espontâneo” (BEHARES, 2014, p. 61).

Stokoe se dedicou a demonstrar que a ASL (e, conseqüentemente, as outras línguas de sinais usadas pelos surdos de outros países) eram “línguas” tal qual concebido por estudos da linguística, principalmente, de base estruturalista. “La bibliografía científica acerca de la sordera derivada de concebirla como diferencia puede ser caracterizada como estructural-funcionalista [...]” (BEHARES, 2014, p. 20). Sobre os descobrimentos de Stokoe, isto é, sobre a entrada das línguas de sinais na linguística, Behares (2014), destaca que as duas primeiras publicações, *Sign Language Structure: An outline of the visual communication system of the American Deaf* (1960) e *A Dictionary of American Sign Language on Linguistics Principles* (1965), são obras fundadoras. Assim,

[t]anto el diccionario como el o artículo hacían hincapié en establecer que el autor trabajaba “on linguistic principles” (“sobre principios lingüísticos”). Se considera, con justicia que

---

19 Retomamos o que formulamos sobre o lugar do (re)fundador ser um ponto de referência e, porquanto, um ponto movente se considerado, provisoriamente, no decurso da história.

20 Todavia, Ferreira-Brito (1993) assinala que os trabalhos realizados no século XIX por Carrick Mallery teriam sido os primeiros estudos lingüísticos sobre língua de sinais (LS). Nas palavras da autora: “Os estudos de Mallery continuam sendo a maior síntese de todos os estudos prévios sobre o assunto e documentos dessa língua de sinais em detalhe e com maior coleção de sinais publicada (1880) até hoje.” (FERREIRA BRITO, 1985 apud FERREIRA-BRITO, 1993, p.12).

esos dos trabajos de Stokoe “fundaron” a Lingüística das lenguas de señas (Sign Language Linguistics) e, simultaneamente, la incluyeron en la lingüística “general” (BERAHES, 2014, p. 15).

Ferreira, ao citar as obras de Stokoe, não só reafirma a sua instituída posição de fundadora como também se alinha a uma posição científica de legitimação das línguas de sinais brasileiras. Na página 30 de “*Por uma gramática de Línguas de sinais*”, por exemplo, a autora expõe que “os primeiros estudos sobre o nível fonológico da Língua de Sinais Americana (ASL) consistiram em um tratamento estruturalista da mesma” (FERREIRA, 2010[1995], p. 3) – retomando, principalmente as obras de Stokoe, que sustentam a perspectiva estruturalista<sup>21</sup>. No entanto, ao longo do livro, percebe-se um deslocamento dessa lingüística estrutural ao inserir outras filiações teóricas, como, por exemplo, outras fontes oriundas da pragmática (com observância aos sistemas de polidez), da semântica, da lingüística cognitiva etc.

No segundo grupo de autores citados, temos aqueles que descrevem e analisam línguas orais (de diferentes formas de saber, que passam por diferentes teorias lingüísticas e de diferentes níveis lingüísticos). Nossa hipótese é que essas referências figuram no desenvolvimento da obra de Ferreira como uma perspectiva de saberes lingüísticos aos quais as línguas de sinais podem ser comparadas. Assim, o funcionamento da inserção da citação desses autores parece indicar dois movimentos: a) trazer outras bases teóricas, além do estruturalismo vigente nas primeiras pesquisas lingüísticas; b) promover um gesto político de legitimar as línguas de sinais ao posicioná-las no mesmo patamar das línguas orais a partir de descrições lingüísticas e, portanto, científicas. A título de exemplificação, na página 98, Ferreira (2010[1995]) diz que: “[p]aralelamente, os dados confirmaram a existência de pronomes pessoais na LIBRAS e na ASL (um sistema abstrato elaborado), como Benveniste (1966) e Lyons (1977) postularam para as línguas naturais” (FERREIRA, 2010[1995], p. 98). A inserção dos nomes de autores (Benveniste e Lyons) parece fazer referência àqueles que se dedicaram a descrever e teorizar sobre línguas orais, aproximando-os das descrições de pronomes de línguas de sinais, em um movimento de legitimação das mesmas.

As pesquisas realizadas por Ferreira sobre a LSKB também comparecem em algumas partes do livro, mas em especial nos capítulos 8 (“Termos básicos para cores em línguas de sinais”) e 13 (“Sinais para tempo e espaço em LIBRAS e em LSKB”<sup>22</sup>). Voltando ao título da obra de Ferreira,

21 Nessa perspectiva, “as formulações produzem a evidência das línguas como sistemas” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2002, p. 19) e, parafraseando a referida autora, completariamos que produzem a evidência da Libras como sistema. Essa relação de línguas como sistemas, podemos indicar o livro sobre fonologia de Língua Portuguesa, de Mattoso Camara Jr., também citado nas referências do livro de Lucinda Ferreira.

22 No prefácio da obra, a autora explicita que, em trabalhos anteriores, utilizava a sigla LSCB. A explicação para a

sublinhamos que o uso do plural em “línguas de sinais” aponta, minimamente, para inserção de conhecimento metalinguístico de duas línguas de sinais (embora, no interior do livro compareçam exemplos de outras línguas de sinais estrangeiras, como os pronomes em American Sign Language - ASL<sup>23</sup>, no capítulo 4, por exemplo). Por sua vez, no capítulo 13, Ferreira (2010[1995]) constrói um gesto de apropriação dessas duas línguas brasileiras, aproximando-as e afastando-as ao comparar os sinais espaciais e temporais nas duas línguas, tendo como referencial teórico estudos da Linguística Cognitiva, com recorte na proposta de Lakoff e Johnson sobre o sistema conceitual humano, com ênfase nas metáforas conceituais. Transpondo tal conceito, pensado e teorizado a partir de línguas orais, Ferreira busca confirmar suas suposições sobre os sinais temporais da Libras estarem “distribuídos em uma ‘linha temporal’ baseada no espaço” (FERREIRA, 2010[1995], p. 247). Podemos verificar que a materialização da legitimidade do saber sobre línguas de sinais brasileiras deu-se, portanto, pelo discurso da linguística teórica, em suas distintas e variadas vertentes. E de como a posição-autora-linguista produziu determinadas aproximações de maneira a sustentar seu dizer.

Sobre os autores que descrevem e analisam línguas de sinais, que compõem o terceiro grupo, destacamos aqueles que produziram os trabalhos sobre descrição de línguas de sinais ou de um de seus aspectos estruturais. Foram referências feitas sobre língua sueca de sinais; língua americana de sinais, língua britânica de sinais, língua de sinais dinamarquesa, língua de sinais italiana etc., em uma provável tentativa de efeito de exposição de saberes já-engendrados. Tais estudos podem corresponder àqueles produzidos por pesquisadores reconhecidos na área de descrição de tais línguas, afastando-as de preceitos muito arraigados, à época, como a existência de uma única língua de sinais. Outrossim, as obras citadas, na maioria dedicada à ASL, retomam os aspectos gramaticais (por meio da descrição dos níveis linguísticos) das línguas de sinais. Englobam os seguintes aspectos: formação de palavras, pronomes dêíticos, classificadores, estrutura de perguntas, termos para cores e números, propriedades formativas, significado e contexto, aspectos morfossintáticos do espaço/uso do espaço, entre outros. De forma geral, ainda foram incluídas obras que tematizavam questões educacionais dos surdos, aspectos relacionados ao bilinguismo e à interpretação, e a notação em línguas de sinais como o Sistema de Notação Hamburgo (HamNoSys).

---

alteração baseia-se na posição dos surdos da utilização da sigla Libras em uma reunião na FENEIS, em 1993. Aproveitamos para incluir o posicionamento de Campello (2019) a respeito dessa alteração ao afirmar que “[e]m 1992, o Professor Mats Jonhson conversou com a Prof.<sup>a</sup> Lucinda Ferreira Brito para que respeitasse as decisões tomadas em relação da sigla Libras pela Feneis por entender que as nomeações deveriam ser criadas a partir da Comunidade Surda (ou Povo Surdo). Ela concordou e deixou de usar a sigla LSCB para incorporar a Libras em seus textos orais e escritos.” (CAMPELLO, 2019, p. 99-100).

23 Podemos especular que a comparação entre as duas línguas funcione como uma forma de sustentar a descrição dos pronomes (sistema de referências por meio de apontação) em Libras.

Vemos, então, com essa variedade de estudos, “a estreita relação entre produção científica, produção de um saber e legitimação desse saber, o que se faz institucionalmente, por uma relação de autoria, com a circulação de nomes de autores, de disciplinas e áreas de pesquisa” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 17). Tudo parece indicar a realização de um mapeamento dos saberes linguísticos considerados fundamentais para embasar e auxiliar a formular uma gramática de línguas de sinais no Brasil.

No quarto grupo, a inclusão de várias obras de Lucinda Ferreira (13 autorais e 7 em coautoria) nas referências bibliográficas de “*Por uma gramática de línguas de sinais*” parece funcionar como uma maneira de tomada da palavra, que produz um efeito de falar de sua obra por sua obra. Um duplo estatuto da pesquisadora que delimita e fixa um domínio do saber ao se autocitar, colocando-se como uma autoridade a ser citada, mas que retorna, (des)dobrando-se, em um lugar de dar visibilidade a sua produção acadêmica.

Entre as várias constatações apontadas na obra de Ferreira estão as notáveis diferenças entre as modalidades oral e visual das línguas comparadas.

- A iconicidade é mais comum em línguas de sinais do que em línguas orais. Cabe aí a discussão clássica da linguística saussuriana, segundo a qual o signo é arbitrário, ou seja, não há relação entre significado e significante. Essa afirmação tem sido rebatida, pois a relação entre significado e significante pode ser, em algum grau, motivada. Podemos trazer, como exemplo, o sinal em Libras para o vocábulo “telefone”, realizado com a configuração de mão da letra Y e o ponto de articulação na orelha, indicando a necessidade aproximar o aparelho ao canal auditivo. Até certo ponto esse sinal é icônico porque se refere à época de aparelhos telefônicos com fio<sup>24</sup> que eram levados até a orelha.
- Há uma acentuada geometrização do espaço de produção das línguas de sinais, com vetorização de deslocamento da referência, por exemplo. Há considerações matemáticas (marcas de reduplicação de movimento, de simetrias) no espaço, sendo usado de formas diferentes, materializando e produzindo efeitos de sentidos diversos.
- Se por um lado as línguas orais são produzidas de forma linear ou sequencial, por outro lado, as línguas visuais são produzidas de forma simultânea. Em outras palavras, mais de um sinal pode ser produzido ao mesmo tempo, constituindo de forma uníssona o que se denomina sequência em línguas orais.

---

24 Atualmente, esse sinal vem sofrendo algumas alterações e/ou adequações sociais. Com a chegada dos smartphones, o telefone com fio ficou obsoleto, o que acarretou uma mudança do sinal. Há surdos mais jovens, que sinalizam com a mão aberta e com um leve ponto de contato na orelha.

- A expressão facial é parte constituinte dos sinais, diferente do que representa em língua orais, em que são, via de regra, elementos enfáticos fora do sistema da língua em si.
- Os classificadores, identificados como morfemas existentes em línguas orais e línguas de sinais, são, segundo Ferreira (2010[1995], p. 103), regidos por princípios pragmáticos. Em outros termos, dependendo da situação de enunciação ou do evento narrado, pode variar o tipo de classificador a representar os seres envolvidos, preservando, dessa forma, a iconicidade nessa representação.
- O uso do corpo e seu deslocamento na produção do discurso relatado (como: *ela disse, ele respondeu etc.*)

Historicamente, essas diferenças, entre outras, constituíram dificuldades para a compreensão das línguas de sinais como línguas em si. Por outro lado, são elementos que enriquecem o repertório possível de criação de línguas humanas e mereceram o enfoque na obra de Ferreira. Ao invés de autocitar-se apenas como forma de amparar seu dizer em um processo de pesquisa continuado, observa-se um funcionamento desnivelado entre a autocitação e a citação, que parece inserir a própria autora no âmbito das referências básicas, isto é, daqueles postulados construídos cientificamente, a quem se credita, historicamente, um papel de precursora.

Por fim, no quinto grupo, outras relações podem ser apreendidas. Além de considerarmos Lucinda Ferreira como uma figura de precursora da área de investigação da língua de sinais no Brasil, há também de se destacar o de formadora de pesquisadores – por meio de orientação em Programas de Pós-graduação em universidades em São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro<sup>25</sup>. As retomadas e inserções de trabalhos desenvolvidos por orientandas de pós-graduação, além de indicar certa delimitação institucional – já que marcam a presença da área de pesquisa em algumas instituições –, apontam para formas de compartilhar saberes a partir de um determinado grupo. Materializam os efeitos de sentido de percurso institucional que vão legitimando em dissertações, artigos, como as pesquisas realizadas deslocam e produzem saberes para as línguas de sinais brasileiras. Das pesquisas orientadas destacam-se, nas referências bibliográficas, os trabalhos de Harumi Pisciotta (1982); Maria Ines Namura (1982), Clarisse Silva e Castro (1982), Tanya Felipe (1993); Beatriz Fernandes Caldas (1993); Deize Santos (1994); e Carla Faria (1995). Certamente, essa “prática científica que vai legitimando nomes de autores” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 15); especificamente, autores que perfilam de determinada formação científica e institucional.

25 Segundo Brito e Câmara (2019), o percurso institucional de Lucinda Ferreira se configurou da seguinte maneira: fins da década de 1970 e início da subsequente, foi professora na Universidade Mogi das Cruzes (UMC); entre 1985 e 1986, foi professora visitante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); a partir de 1987, tornou-se docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Vale lembrar que, além dos orientandos, outros participantes (surdos e ouvintes) faziam parte do grupo de pesquisa. Desta feita, notamos outra forma de fazer referência ao grupo mais amplo (não somente aquelas que comparecem nas referências). No capítulo 8, “Termos básicos para cores em Línguas de sinais”, temos o seguinte trecho: “O presente capítulo é resultado de uma pesquisa que foi desenvolvida pelo GELES (Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez) e está simultaneamente ligado à investigação sobre cores que tem sido realizada na Universidade da Califórnia-Berkeley/USA” (FERREIRA, 2010[1995], p. 159).

Compreendemos o GELES<sup>26</sup> como um espaço de promoção de associatividade da prática acadêmica. Um grupo que buscava favorecer a formação acadêmica em área específica e como dar visibilidade ao percurso de pesquisas, ou melhor, de um modo de fazer pesquisa. Assim sendo, promoveu a consolidação de uma área que se iniciava. Salientamos que Lucinda Ferreira foi líder de grupo de pesquisa (GT) e conferiu sustentação institucional. Ao historicizar sua criação, Brito e Câmara (2019) destacam que

O Geles teve seus primórdios e deslocamentos posteriores associados diretamente a atividades de pesquisa e de orientação de pós-graduação desenvolvidas por Lucinda Ferreira Brito nas diferentes instituições de ensino superior onde ela atuou. [...] Os membros do Geles participaram e organizaram eventos científicos, bem como estiveram envolvidos em atividades de pesquisa, estudo e ensino, principalmente nas áreas de linguística de línguas de sinais, psicolinguística, sociolinguística e educação (GELES, 1993). É de se notar, aliás, que essa dimensão de formação e pesquisa científica se interligou, por vezes à militância política pelos direitos linguísticos e educacionais dos surdos às atividades acadêmicas do grupo e, numa via de mão dupla, no envolvimento de pesquisadores e professores universitários do grupo em ações reivindicatórias de direitos para os surdos. (BRITO; CÂMARA, 2019, p. 41-42).

Ao dar visibilidade à área pela divulgação das ideias produzidas e pela institucionalização de uma área de saber, o GELES assumiu uma posição de representação de uma área emergente. Pfeiffer (2007) destaca a função pública como fundante nos percursos de institucionalização das associações de Linguística no Brasil (como a Anpoll, de dimensão nacional), assim, o GELES parece

26 De acordo com Felipe (2019), “[o] embrião do GTLS, associado à Anpoll em 1988 e que, a partir de 2014, passou a ser designado GT Libras, foi o Geles, que teve seu começo quando as áreas da Linguística e da Educação de Deficientes Auditivos não reconheciam a Libras como língua e, tampouco, os surdos como membros de uma minoria linguística que vivem em comunidades linguísticas surdas nos estados brasileiros. [...] O Geles teve sua fase embrionária no estado de São Paulo em 1979, como consta na apresentação do seu Boletim 1, redigido, em Pernambuco, pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucinda Ferreira Brito e membros do Geles do Recife. Nessa fase embrionária, Lucinda Ferreira Brito, professores e profissionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/Centro de Reabilitação Prof. Dr. Gabriel da Silva Porto (Cepre é a sua sigla atual) começaram a desenvolver projetos de pesquisa e realizar grupos de estudos na área da educação de surdos, com foco em uma proposta de iniciarem, no Cepre, um programa de atendimento que se fundamentasse na Educação Bilíngue para surdos: língua de sinais e português. Depois, a partir de 1980, esses dois grupos se consolidaram e fundaram o Geles, quando Lucinda Ferreira Brito estava na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como professora visitante” (p. 63-64).

ter funcionado, em alguma medida, como uma maneira de publicizar (função pública) os saberes produzidos, no interior do grupo, a respeito das línguas de sinais.

Retomamos Lagazzi-Rodrigues (2007) que nos subsidia a pensar os processos e percursos da institucionalização do saber linguístico e da língua, no nosso caso, de sinais, que se dá na e pela história ao analisar, parcialmente, “*Por uma gramática de língua de sinais*” – tomada aqui como instrumento linguístico e objeto discursivo, que produz vários efeitos de sentidos. Segundo a referida autora, há uma relação entre as nomeações e a prática científica que promove e legitima a autoria, a cientificidade e a representação dessa cientificidade. Por esse viés, se a “linguística é legitimada por quem institui uma ciência, por quem pratica uma ciência, por quem ensina uma ciência, por quem divulga uma ciência” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12), tem-se que Lucinda Ferreira institui, praticou, ensinou e divulgou a linguística da língua de sinais do e no Brasil, alçando-a ao patamar acadêmico que hoje desfruta como língua legítima para a comunidade surda brasileira.

## Considerações Finais

Sem encerrar possibilidades inúmeras de análises do livro “*Por uma gramática de línguas de sinais*”, de Ferreira (2010[1995]), buscamos verificar como a citação de autores legitima dizeres e saberes sobre línguas de sinais brasileiras e de que forma essas referências acabaram por delimitar um horizonte de retrospecto coexistente. Em relação a esse horizonte, acreditamos que no caso de várias citações de nomes de autor são como “uma forma de representação que funciona legitimando-se pela reafirmação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13), entre elas, principalmente, as obras que tratam de língua de sinais. Diversas obras citadas, principalmente as de linguística geral, têm um funcionamento discursivo do já-dito, institucionalizado e aceito. Outras ainda, principalmente os trabalhos dos orientandos e os da própria autora, demonstram a produtividade do conteúdo que propõe de parcerias em redes de contato.

“*Por uma gramática de línguas de sinais*” é, portanto, um instrumento linguístico e um objeto discursivo (NUNES, 2006) que nos põe a ler e a consultar saberes sobre línguas de sinais (por meio de certo funcionamento de imaginário linguístico) e como tal faz dar partida no processo de gramatização de línguas de sinais brasileiras. E nos interrogamos: como a obra de Ferreira pode marcar um possível horizonte de projeção? Em termos de formação de quadros, de atividades disciplinares, tais como currículos e programas de cursos de licenciatura, projetos de pesquisa e até mesmo tema de edição de revistas acadêmicas, podemos vislumbrar que a resposta à pergunta seja positiva.

Sucintamente, o livro de Ferreira foi de extrema importância não só no tempo em que foi escrito e lançado, mas também para o horizonte de projeção para o qual aponta. Considerando o universo em que as línguas de sinais brasileiras são praticadas, é fato que há carências de pesquisas pertinentes a línguas e comunidades minoritárias. Não há como contestar que muitas das políticas públicas em relação aos surdos no Brasil ainda estão inseridas em ambiente de assistencialismo e, por vezes, confundidas com ações religiosas de vários matizes. Dentro desse quadro geral, desponta a importância da obra de Ferreira como um trabalho seminal que instituiu a inserção das línguas de sinais nas universidades e continua a garantir seus *status* ombro a ombro com as línguas orais dentro do universo acadêmico brasileiro. Certamente, ainda se busca por uma gramática de língua de sinais.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas/SP: RG, 2008.

BAALBAKI, A. C. F.; RODRIGUES, I. C. Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis. *Línguas e Instrumentos linguísticos*, Editora RG, jan-dez, v. 27/28. 2011. Acesso em: ago de 2019.

BEHARES, L. E. *Lenguas de señas y acontecimientos de enseñanza: revisión teórica*. Editorial Académica Española: 2014.

BRITO, F. B.; CÂMARA, L. C. Do GT linguagem e surdez ao GT Libras na ANPOLL: retrospectiva histórica e balanço de contribuições In: SOUZA, R. M. (org.) *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos de Libras no Brasil: contribuições do Grupo de Trabalho Lingu(gem) e Surdez da ANPOLL*. Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 37-62.

CAMPELLO, A. R. A resistência da Feneis da denominação da Libras sobre LSCB. In: SOUZA, R. M. (org.) *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos de Libras no Brasil: contribuições do Grupo de Trabalho Lingu(gem) e Surdez da ANPOLL*. Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 87-103.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. L. Linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire. *Langage*, Paris, n. 120, p. 106-126, dez., 1995.

COELHO, L. L. *A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola*. Dissertação [Mestrado em Educação] 125f. Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dourados, MS, 2011.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-L.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

FELIPE, T. A. 30 anos na ANPOLL: do GELES, GT Linguagem e Surdez ao GT Libras – trajetórias e conquistas. In: SOUZA, R. M. (org.) *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos de Libras no Brasil: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL*. Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 63-86.

FERREIRA, L. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. - [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010 [1995].

\_\_\_\_\_. *Currículo Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

FERREIRA-BRITO, L. F. *Integração Social & Educação de Surdos*. Rio de Janeiro: Babel Ed., 1993.

FOSSILE, D. K.; VENANCIO, S. O. C. Perspectiva sociolinguística da inclusão da LIBRAS no ensino superior. *Fórum Linguístico*, v. 10, n.2, p. 116-125, 2013.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992.

GESSER, A. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou por uma reflexão crítica dos paradigmas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 47, p. 223-239, 2008.

GIROLETTI, M. F. P. *Cultura surda e educação escolar kaingang*. Dissertação [Mestrado em Educação]. 218f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2008.

GOTTI, M. O. *Português para Deficiente Auditivo*. Brasília: EdUnb, 1992.

KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. A língua portuguesa no processo de institucionalização da linguística. In: ORLANDI, E; GUIMARÃES, E. (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas/SP: Pontes, 2002, p. 13-22.

\_\_\_\_\_. O político na linguística: processo de representação, legitimação e institucionalização”. In: ORLANDI, E. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 11-18.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v.18, n.2, p. 107-124, 2008.

\_\_\_\_\_. *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XX*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001, p. 7-20.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

OVIDEO, A. Vuelta a un hito histórico de la lingüística de las lenguas de señas: la mimographie de Bébian en el sistema de transcripción de Stokoe. *Lenguaje*. Colômbia: Universidad Del Valle. v. 37, nº 2, p. 293-313, 2009. Disponível em <<http://revistalenguaje.univalle.edu.co/index.php/lenguaje/article/view/4898/7036>>. Acesso em 04 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Unas notas sobre el estudio de las lenguas de señas antes de la era Stokoe*. 2007. Disponível em: <<https://cultura-sorda.org/estudio-lenguas-de-senas-antes-de-stokoe/>> Acesso em: 23 set. 2018.

PÊCHEUX, M; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, E. *Análise do discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, p. 295- 310, 2011.

PEREIRA, É. L. “Fazendo cena na cidade dos mudos”: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí. 2013. 380 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

PFEIFFER, C. C. A Linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. In: ORLANDI, E. (Org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 19-34.

RAMOS, C. R. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. In: IPPP. (org.). *Projeto educação especial inclusiva “módulo avançado”/manual do aluno*. Rio de Janeiro: SETRAB/ Secretaria de Estado do Trabalho RJ / IPPP - Instituto de Professores Públicos e Particulares, 2002.

RAMOS, D. C. M. P.; MUNIZ, V. C. Pensares surdos: estudos na área de letras. *Pensares em Revista*, n. 12, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/35099>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SANTOS, D. V.; MONTEIRO, M. S. Breve histórico dos estudos sobre a língua de sinais no Brasil do final dos anos 70 até o início da segunda década dos anos 2000: resgatando os surdos da marginalização. In: SOUZA, R. M. (org.) *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos de Libras no Brasil: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL*. Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 105-143.

SANTOS, R L. M. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 36, p. 89-118, 2015.

SILVA SOBRINHO, J. S. S. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos de ideologia do lazer. *Revista Letras*. Santa Maria, n. 23, n. 46, p. 307-315, 2013.

SOUZA, R. M. De um fonema inesperado a um ativista movimento acadêmico: aprendendo a escutar os surdos. In: SOUZA, R. M. (org.) *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos de Libras no Brasil: contribuições do*

Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Curitiba: CRV, 2019, v. 2, p. 155-178.

VILHALVA, S. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul*. Dissertação [Mestrado em Linguística]. 124 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis, SC, 2009.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_; DINIZ, L. R. A. Declinando a Língua pelas Injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v.37, p. 89-119, 2008.

### Anexo – Quadro com as referências bibliográficas<sup>27</sup> do livro “Por uma gramática de Línguas de Sinais, de Lucinda Ferreira

Obras (século XIX)	
Sobre línguas de sinais	BEBIAN, R. A. “Mimiographic (Collection INJS de Paris)”. In: A. Karacosta (Ed.) <i>Le Pouvoir de signes</i> . Paris: INJS, 1825. MALLERY, G “Introduction to the Study of Sign Language Among the North American Indians as Illustrating the Gesture Speech of Mankind”. In: Umiker-Sebeok (eds.) <i>Aboriginal Sign Languages of the Americas and Australia</i> . New York: Plenum Press, 1880a. _____. “A Collection of Gesture Signs and of the North American Indians with some Comparisons”. In Umiker-Sebeok (eds.) <i>Aboriginal Sign Languages of the Americas and Australia</i> . New York: Plenum Press, 1880b. _____. “The Gesture Speech of Man”. In Umiker-Sebeok (eds.) <i>Aboriginal Sigm Languages of the Americas and Australia</i> . New York: Plenum Press, 1880c.
Obras (século XX)	
Obras de Stokoe	STOKOE, W. C. “Sign Language Structure: An outline of the visual communication System of the American Deaf”. <i>Studies in Linguistics: Occasional Papers</i> , nº 8. Buffalo. University of Buffalo Press, 1960. STOKOE, W. C. & Kuschel, R. <i>A Field Guide for Sign Language Research</i> . Silver Spring: Linstock, Inc. 1979. STOKOE, W. C. <i>et alli A Dictionary of American Sign Language on Linguistics Principles</i> . Silver Spring: Linstock Press, 1965.

27 Reproduzidas de forma idêntica ao original.

Obras que descrevem e analisam línguas orais	<p>ALEXANDRESCU . Sur les modalités “croire” et “savoir”. <i>Langages</i> 43, 1976.</p> <p>ANDERSON, S.R. <i>Phonology in the Twentieth Century: theories of rules and theories of representation</i>. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.</p> <p>ALLAN, K. “Classifiers”. <i>Language</i>. Vol.53. 1977.</p> <p>ARANOFF, M. <i>Word formation in generative grammar</i>. Cambridge, MA, MIT Press, 1976.</p> <p>AUSTIN, J. L. <i>How to do things with words</i>. Oxford: Havard University William 1955/1962)</p> <p>BENVENISTE, E. <i>Problèmes de Linguistique Générale</i>. Paris, Editions Gallimard, 1966.</p> <p>BERLIN, B. e Kay, P. <i>Basic color terms</i>. Berkeley: University of California Press, 1969.</p> <p>BICKERTON, D. <i>Roots of Language</i>. USA: Karoma Publishers, Inc., 1981.</p> <p>BROWN, P. Reference: in memorial tribute to Eric Lennenberg. <i>Cognition</i> 4, 1976.</p> <p>BROWN, P. e LEVINSON, S. Universals in Language Usage: Politeness Phenomena. In E. N. Goody (ed.), <i>Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction</i>. Cambridge University Press: Cambridge, 1978.</p> <p>_____. <i>Politeness: some universals in language usage</i>. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.</p> <p>CAMARA Jr., Mattoso. <i>Para o ensino da fonêmica portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora Ltda, 1977.</p> <p>CHOMSKY, N. e HALLE, M. <i>Fundamentos metodológicos da Linguística: fonologia e sintaxe</i>, Vol II, Campinas: UNICAMP, 1981.</p> <p>CLEMENTS, G.N. The logophoric pronoun in Ewe: its role in discourse. In: <i>Journal of West African Languages</i> X. 2: 141-178, 1975.</p> <p>DONNELAN, K.S. Reference and Definite Description. In: J. F. Rosemberg and C. Travis (eds.) <i>Reading in the Philosophy of Language</i>. New Jersey: Prentice-Hall, Inc, 1971.</p> <p>ERVIN-TRIPP, S. “Is Sybil there? The structure of American English directives. <i>Languagein society</i>. Vol. 5, p. 25-66, 1961.</p> <p>_____, S. “Wait for me, Roller Skate!” In: Ervin-Tripp, S. e Mitchel-Kerman, C. (eds.) <i>Child discourse</i>. Academic Press, p. 165-187, New York, 1977.</p> <p>_____. “How to Make and Understand a Request”. In: Parret, H. Sbisá, M. e Verschueren, J. (eds.), <i>Possibilities and limitations of pragmatics</i>. ed. John Benjamins, Amsterdam, 1981.</p> <p>FILLMORE, C. J. “How to know whether you’re coming or going” In: Hyldgaard-Jensen, K. (ed.), <i>Linguistik</i>. Frankfurt: Athenäum, 369–379, 1971.</p> <p>_____. <i>Time</i> (mimeo.), 1970.</p> <p>_____. Towards a descriptive framework for spatial deixis. In R.J. Jarvella e W. Klein ed. <i>Speech, Place and Action</i>. Chichester: John Wiley, 1982.</p> <p>_____. “Frame semantics”. In: <i>Linguistics in the morning calm</i>. Seoul. Korea. Hanshin, 1982b.</p>
--	---

<p>Obras que descrevem e analisam línguas orais</p>	<p>GOODY, E. “Towards a Theory of Questions” In: Goody, R. (ed.) <i>Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction</i>. Cambridge University Press, 1-43, Cambridge, 1978.</p> <p>GORDON, D. e ERVIN-TRIPP, S. “The Development of requests”. In: Schiefelbusch, R. E. (ed.) <i>Communicative competence acquisition and intervention</i>. University Park Press Baltimore, EUA. (a sair)</p> <p>GRICE, H.P. “Lógica e conversação”. In: Dascal, M. (ed.) <i>Fundamentos metodológicos da linguística – Pragmática</i>. Vol. IV, p. 81-104. UNICAMP – Campinas, 1975.</p> <p>GUMPERZ, J.J. <i>Discourse strategies</i>. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.</p> <p>HALLE, M. e VERGNAUD, J.R. (1980) “Three Dimensional Phonology”. <i>Journal of Linguistic Research</i>, 1:1, p. 83-105.</p> <p>HILL, C. A. “Variation in the use of ‘front’ and ‘back’ by bilingual speakers”. C. Cogen, H. Thompson e J. Wright (eds.). In: <i>Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society</i>, 1975.</p> <p>HOIJER, H. “Classificatory verb stems in Apachean languages.” <i>IJAL</i> 11, 1945.</p> <p>HULST, H. van der “The framework of nonlinear phonology”. In: H. van der Hulst, <i>Syllable Structure and Stress in Dutch</i>. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1984.</p> <p>HULST, H. van der e Smith, N. “Autosegmental and metrical phonology” In: H. van der Hulst e N. Smith (eds.) <i>One Structure of Phonological Representations</i> (part I Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1982.</p> <p>_____. “The framework of nonlinear generative phonology” In: H. van der Hulst e N. Smith (eds.) <i>Advances in Nonlinear Phonology</i>. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1985.</p> <p>KALINOWSKI, G. “Un aperçu élémentaire des modalités déontiques”. <i>Langages</i> 43, 1976.</p> <p>PARRET, H. “La pragmatique des modalités”. <i>Langages</i> 43, 1976.</p> <p>POTTIER, B. <i>Linguistique générale</i>. Paris: Klincksiek, 1974.</p> <p>_____. “Sur la formalation des modalités em linguistique”. <i>Languages</i> 43, 1976.</p> <p>SEARLE, J. R. <i>Les Actes de Langage</i>. Hermann. Paris, 1972.</p> <p>_____. <i>Expression and Meaning</i>. Cambridge University Press. Cambridge, 1972.</p> <p>SHEPHERD, S. <i>Modals in Antiguan creole, child language acquisition and history</i>. PhD. Diss. Stanford University, 1981.</p> <p>SWEETSER, E. “Root and epistemic modals: causality in two worlds”. <i>Proceedings of the Eighth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society</i>. Berkeley, Berkeley Linguistics Society, 1982.</p> <p>VYGOTSKY, L.S. <i>A formação social da mente</i>. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1984.</p>
---	---

<p>Obras que descrevem e analisam línguas de sinais</p>	<p>AHLGREN, I. “Deictic Pronouns in Swedish and Swedish Sign Language” In: <i>Theoretical Issues in Sign Language Research: Linguistics</i>. Chicago: University of Chicago Press, EUA, 1990.</p> <p>AXTELL, J. L. “The Indian Sign Language in Indian Education”. In D. J. Umiker-Sebeok e T. A. Sebeok (eds.) <i>Aboriginal Sign Languages of the Americas and Australia</i> (Vol. II). New York: Plenum Press. 1978.</p> <p>BAKER, C. A. <i>Microanalysis of the Nonmanual Components of Questions in America Sign Language</i>. Phd dissertation, University of California, Berkeley, 1983.</p> <p>BAKER, C. e D. COKELY. <i>American Sign Language: a teacher’s resource text on grammar and culture</i>. T. J. Publishers, Inc. Silver Spring, Maryland, 1980.</p> <p>BERGMAN, B. Sign Typology. <i>Forskning om Teckensprak</i>. Stocholms Universitet, 1982.</p> <p>BOUVET, D. “Sign Language and Education of the deaf child”. In: J. Kyle (org) <i>Sign and school: Using signs in deaf children’s development</i>. Multilingual Matters Ltd: Clevedon-England, 1987.</p> <p>COKELY, D. “Sign Language: Teaching, Interpreting and Education Policy”. In: Ch. Bakere e R. Battison (org) <i>Sign Language and the Deaf Community</i>, National Association of the Deaf, 1980.</p> <p>DENTON, D. M. “The total communication revolution”. In: J. Kyle (ed) <i>Sign and school: Using signs in deaf children’s development</i>. Multilingual Matters Ltd: Clevedon-England, 1987.</p> <p>DEUCHAR, M. <i>British Sign Language</i>. London, Boston: Routledge &amp; Kegan Paul, 1984.</p> <p>EDMONDSON, W. (personal communication) “Segments in Signed Languages: Do They Exist and Does it Matter?” IV <i>International Symposium on Sign Language Research</i>, Finlândia, 1987.</p> <p>ENGBERG-PEDERSEN, E. <i>Space in Danish Sign Language and Morphosyntax of the use of Space in a Visual Language</i>. Hamburg, Signum Press, 1993.</p> <p>FISCHER, S. D. “Influences on word-order change in American Sign Language”. In: C.N. Li., 1975. _____ . “Sign Language and Creoles” In: P. Siple (ed.) <i>Understanding Language Through Sign Language Research</i>. Academic Press: New York, 1978.</p> <p>FRIEDMAN, L. “The manifestation of subject, object and topic in the American Sign Language”. In: C.N. Li., 1976. _____ . Formational properties of American Sign Language, ed., L. Friedman. <i>On the other hand</i>. New York: Academic Press, 1978.</p> <p>HANSEN, B. “Sign Language and Bilingualism: A focus on an Ex-perimental Approach to the Teaching of Deaf Children in Denmark”. In: J. Kyle (ed) <i>Sign and School: Using Signs in Deaf Children’s Development</i>. Multilingual Matters Ltd.: Clevedon – England, 1987.</p> <p>KEGL, J. <i>Locative Relations in American Sign Language, Word Formation, Syntax and Discourse</i>. Tese de doutorado, MIT, Massachusetts, 1985.</p> <p>KEGL, J. e S. Schley. “When is a Classifier no Longer a Classifier?” In: V. Nikiforidou, M. VanClay, M. Niepokuj, and D. Feder (eds.). <i>Proceedings of the Twelfth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society</i>. Berkeley, Berkeley Linguistics Society, 425-441, 1986.</p> <p>LIDDEL, S. K. “Think and Believe: Sequentiality in American Sign Language”. <i>Language</i>, 60: 372-399, 1984. _____ . “Compound formation Rules in American Sign Language”. In Stokoe, W. C. e Volterra (eds.) <i>Proceedings of the II International Symposium on Sign Language Research</i>. Silver Spring e Roma: Linstok e CNR, 1985.</p>
---	---

- LILLO-MARTIN, D. e KLIMA, E. S. “Pointing Out Differences: ASL Pronouns in syntactic theory”. *Theoretical Issues in Sign Language Research: Linguistics*, University of Chicago Press, EUA, 1990.
- MANDEL, M. A. *Phonotaxis and Morphophonology in American Sign Language*. PhD Dissertation. Berkeley: University of California, 1981.
- MCDONALD, B. H. *Aspects of the American Sign Language Predicate System*. Tese de Doutorado, University of Buffalo, Buffalo, NY, 1982.
- MIKOS, K. *Classifiers in ASL: A Manual for Instructors*. Vista College, Berkeley, 1983.
- PADDEN, C. *Complement Structures in American Sign Language*. Revised Paper, University of California - San Diego, 1980.
- PETITTO, L. S. From Gesture to Symbol: The Relation of Form to Meaning in ASL Personal Pronoun Acquisition. In: *SLR '83: Proceedings of the Third International Symposium on Sign Language Research*. Linstock Press; Inc., Maryland, EUA, 1985.
- POIZNER, H. e BATTISON, R. “L’asymétrie cérébrale et la langue des signes; études cliniques et expérimentales”. *Langages* 56, 1979.
- PRILLWITZ, S. *Hamburg Notation System for Sign Languages*. Hamburg, Signum Press, 1989.
- SANDLER, W. “The Spreading Hand Autosegment of American Sign Language”. *Sign Language Studies*, 50: 1-28, 1986.
- SIPLE, P. “Linguistic and Psychological Properties of American Sign Languages: An overview”. In: P. Siple. *Understanding Language Through Sign Language Research*. Academic Press: New York, 1978.
- SUPALLA, T., NEWPORT, E. “How Many Seats in a Chair? The Derivation of Nouns and Verbs in American Sign Language”. In: P. Siple (ed.) *Understanding Language Through Sign Language Research*. New York: Academic Press, 1978.
- TERVOOT, B. “The Status of Sign Language in Education in Europe and the Prospects for the Future”. In: J. G. Kyle e B. Woll (ed.) *Language in Sign*. Croom Helm: London, 1983.
- WALLIN, L. “Surdos e bilinguismo”. *GELES*, 5: 1-4, UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.
- WILBUR, R. “Description linguistique de la langue des signes”. *Langages* 56: 13-31, Paris: Larousse, 1979.
- \_\_\_\_\_. “Towards a Theory of ‘Syllables’ in Signed Languages: Evidence from the Numbers of Italian Sign Language”. In: Stokoe, W. C. e Volterra, V. (eds.) *Proceedings of the III International Symposium on Sign Language Research*. Silver Spring e Roma: Linstock Press e CNR, 1985.
- WICKHAM, C. e KYLE, J. “Teachers’ Belief About” BSL and their Perceptions of Children’s Signing”. In: J. Kyle (ed.) *Sign and School: Using Signs in Deaf Children’s Development*. Multilingual Matters Ltd.: Clevedon - England, 1987.
- WOODWARD, J. “How you Gonna Get to Heaven if You Can’t Talk With Jesus: on Depathologizing Deafness”. *Some Sociolinguistic Problems in the Implementation of Bilingual Education for Deaf Students*. In F. Hicks, D. (ed.) *Cacemise*, 1978.
- ZAITSEVA, G. J. “Problems of Sign Language in Soviet Deaf Educations”. In J. Kyle (ed.) *Sign and school: Using Signs in Deaf Children’s Development*. Multilingual Matters Ltd.: Clevedon – England, 1987.

Obras de Lucinda Ferreira (ou em coautoria);	<p>BERENZ, N. e FERREIRA BRITO, L. “Pronouns in BCSL and ASL”. <i>SLR’87: Papers from the Fourth International Symposium on Sign Language Research</i>. Hamburg, Signum Press, 1990.</p> <p>FERREIRA, L. <i>Modalidade: Estudo Semântico-Lexical</i>, Edições Presença, no prelo.</p> <p>_____. A comparative study of signs for time and space in São Paulo and Urubu-Kaapor Sign Languages, ed., W. Stokoe e V. Volterra. <i>III Symposium on Sign Language Research</i>. Silver Spring, Roma: Linstok Press, INC, 1985.</p> <p>_____. “Similarities and Differences in Two Brazilian Sign Languages” <i>Sign Language Studies</i>, 42: 45-46, Linstok Press, Inc: Silver Spring, USA, 1984.</p> <p>_____. “Requests and Politeness Strategies in Brazilian Cities Sign Language” (1987). <i>IV International Symposium on Sign Language Research</i>, Lappeenranta-Finlândia. (a sair)</p> <p>_____. “Uma Abordagem Fonológica dos Sinais da LSCB”. <i>Espaço</i> n° 1. Rio de Janeiro: INES, 1990.</p> <p>_____. “Classificadores em LSCB”. <i>Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL</i>. Recife, ANPOLL, 1989.</p> <p>_____. <i>Integração Social e Educação de Surdos</i>. Rio de Janeiro, Babel Editora, 1993.</p> <p>_____. “Correferência em uma Língua de Sinais Brasileira”. <i>Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL</i>, vol. 2, Goiana, 1993.</p> <p>_____. “Convencionalidade e Iconicidade em Língua de Sinais”. <i>Anais do I Congresso da ASSEL/Rio</i>. Rio de Janeiro, ASSEL/Rio, 1992.</p> <p>_____. “Atos de Fala: o Pedido e as Estratégias de Polidez em LIBRAS”. <i>Espaços e Interfaces da Linguística e da Linguística Aplicada. Cadernos Didáticos</i>. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.</p> <p>_____. “Epistemic, Alethic and Deontic Modalities in a Brazilian Sing Language”. In <i>Theoretical Issues in Sign Language Research</i>, S. D. Fischer e P. Siple (org.). Chicago: The University of Chicago Press, 1990.</p> <p>_____. “Desenvolvimento Linguístico e Deficiência Auditiva”. <i>Educação e Cultura</i>, Ano IV, n 16: 27-30, Secretaria da Educação do Estado da Paraíba: João Pessoa, 1985.</p> <p>_____. “Necessidade Psico-Social e Cognitiva de um Bilinguismo para Surdo” <i>Anais do I Congresso Nacional de Linguística Aplicada</i>, UNICAMP: Campinas.</p> <p>FERREIRA, L. et alii. Morfo-fonologia e Sintaxe da Língua de Sinais das Cidades Brasileiras. <i>Anais do IX Encontro Nacional de Linguística</i>, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1984.</p> <p>FERREIRA, L, e R. LANGEVIN. “Modalités: un modèle géométrique.” <i>Mathématiques et Sciences Humaines</i> 24. Paris, 1986.</p> <p>_____. “The Sublexical Structure of a Sign Language”. <i>Mathématiques et Sciences Humaines</i>, 125: 17-40. Paris, 1994.</p> <p>_____. “Negação em uma Língua de Sinais Brasileira”. <i>Delta</i>, Vol. 10, n° 2: 309-327, PUC/SP, São Paulo, 1994.</p> <p>FERREIRA, L. e MACEDO. A. “Características dos pedidos em português”. <i>Anais do X Encontro Nacional de Linguística</i>. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 1985.</p> <p>FERREIRA, L. e SIQUEIRA, E. A. S. Termos básicos para cores em duas línguas de sinais. <i>Anais do X Encontro Nacional de Linguística</i>. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1985.</p>
--	--

<p>Trabalhos desenvolvidos por orientandas de pós-graduação e demais participantes de grupo de pesquisa</p>	<p>CALDAS, B. F. <i>Dissertação de Mestrado</i>. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.</p> <p>CASTRO, C. A. S. <i>A estruturação temporal da língua de sinais em São Paulo</i>. Mogi das Cruzes, Universidade de Mogi das Cruzes, 1982.</p> <p>FARIA, C. V. de S. <i>Atos de Fala: o pedido em LIBRA</i>. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.</p> <p>FARIA, C. V. de S. e CORREIA, M. M. “Translação, Rotação, Simetria e Eixos no Sistema Ferreira-Brito/Langevin para transcrição de língua de Sinais”. <i>Anais do I Encontro da ASSEL/Rio</i>. Rio de Janeiro, ASSEL/Rio, 1992.</p> <p>FELIPE, T. A. “Por uma tipologia dos verbos da LSCB”. <i>Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL</i>. Goiânia, ANPOLL, 1993.</p> <p>_____. <i>O signo Gestual-Visual e sua Estrutura Frasal na Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB)</i>. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 1988.</p> <p>Santos, D. V. dos. <i>Coesão e Coerência em escrita dos surdos (1994)</i> UFRJ dissertação mestrado.</p> <p>NAMURA, M. I. C. <i>A Ordem Sintática e a Repetição na Língua de Sinais em São Paulo</i>. Dissertação de Mestrado. Mogi das Cruzes, Universidade de Mogi das Cruzes, 1982.</p> <p>PISCIOTTA, H. <i>Aquisição de noções modais por crianças de 2 a 6 anos</i>. Dissertação de Mestrado. Universidade de Mogi das Cruzes, 1982.</p> <p>_____. “Alguns Aspectos Morfológicos da Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros”. <i>Anais do Primer Encuentro Latinoamericano de Investigadores de los Lenguajes de Señas de los Sordos</i> (1986), Montevideu. (a sair)</p> <p>SANTOS, D. V. dos. <i>Coesão e Coerência em Escrita dos Surdos</i>. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.</p> <p>SIQUEIRA, E. A. S. (comunicação oral) “Termos Básicos para Cores em Línguas dos Sinais”. <i>I Encontro Nacional de Linguística Aplicada</i>, UNICAMP. Campinas, 1986.</p>
---	--